

PARECER PRÉVIO PP Nº 00179/2021 - Tribunal Pleno

PROCESSO 03268/17
MUNICÍPIO JATAÍ
INTERESSADO PODER EXECUTIVO
ASSUNTO RECURSO ORDINÁRIO
OBJETO CONTAS DE GESTÃO
PERÍODO JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016
GESTOR HUMBERTO DE FREITAS MACHADO
CPF 341.665.801-91

MUNICÍPIO DE JATAÍ. PODER EXECUTIVO.
CONTAS DE GESTÃO. EXERCÍCIO DE 2016.
RECURSO ORDINÁRIO. PROVIDO. PARECER
PRÉVIO PELA APROVAÇÃO COM RESSALVAS.
Voto Divergente da SR e MPC.

Tratam os presentes autos de RECURSO ORDINÁRIO autuado por meio da petição (fls. 01/13, vol. 1, F3) da lavra do Sr. HUMBERTO DE FREITAS MACHADO, prefeito e gestor do Município de JATAÍ, via procurador, objetivando a reforma do PARECER PRÉVIO PP nº 00161/2018 (fls. 351/353, vol. 2), que manifestou pela REJEIÇÃO das contas de gestão de responsabilidade do Sr. **HUMBERTO DE FREITAS MACHADO**, Gestor e Prefeito Municipal de **JATAÍ** no exercício de 2016.

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos,

Decidem os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, pelos membros integrantes de seu Colegiado, acolhendo o voto do Relator em:

I. Conhecer do Recurso Ordinário, e, no mérito, DAR PROVIMENTO, no sentido de emitir **Parecer Prévio pela aprovação com ressalvas** das Contas de Gestão, de responsabilidade de HUMBERTO DE FREITAS MACHADO, Prefeito e

PROCESSO	03268/17
MUNICÍPIO	JATAÍ
INTERESSADO	PODER EXECUTIVO
ASSUNTO	RECURSO ORDINÁRIO
OBJETO	CONTAS DE GESTÃO
PERÍODO	JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016
GESTOR	HUMBERTO DE FREITAS MACHADO
CPF	341.665.801-91
RELATOR	CONSELHEIRO NILO RESENDE

1. RELATÓRIO

Tratam os presentes autos de RECURSO ORDINÁRIO autuado por meio da petição (fls. 01/13, vol. 1, F3) da lavra do Sr. HUMBERTO DE FREITAS MACHADO, prefeito e gestor do Município de JATAÍ, via procurador, objetivando a reforma do PARECER PRÉVIO PP nº 00161/2018 (fls. 351/353, vol. 2) e do ACÓRDÃO AC nº 08736/2018 (fls. 361/364, vol. 2), que manifestou pela REJEIÇÃO das contas de gestão do EXECUTIVO do Município de JATAÍ do exercício de 2016.

O presente recurso foi recebido pela Presidência deste TCM por meio do Despacho nº 2363/2015 (fls. 203, vol. 1, F2) e após a abertura de vista, concedida por meio do Parecer Prévio nº 00791/2019 – Tribunal Pleno (fls. 158 – Vol. 1 – Fase 4)

1.1 - MANIFESTAÇÃO DA SECRETARIA DE RECURSOS

Remetidos os autos à Secretaria, esta emitiu o Certificado Nº 197/2020 (fls. 358/364), no qual manifestou-se nos seguintes termos:

“(…)

HISTÓRICO DA FASE PROCESSUAL ANTERIOR

O recurso foi recebido pela Presidência deste TCM por meio do Despacho nº 552/19 (fl. 129, vol. 1, F3).

~~Esta Especializada emitiu Certificado nº 1099/2019 (fls. 131/135, vol. 1, F3),~~

no sentido de manter o parecer prévio pela rejeição das contas do exercício de 2016 em razão das irregularidades indicadas nos itens 2 e 3.

O Ministério Público de Contas mediante Parecer nº 06391/2019 (fls. 136, vol. 1, F3) acompanhou o entendimento desta Unidade Técnica.

Após mediante Parecer Prévio nº 00791/2019 – Tribunal Pleno (fl. 158, vol. 1, F3) concedeu nova oportunidade ao jurisdicionado para manifestação quanto as falhas remanescentes.

A seguir serão apresentados os argumentos do recorrente, de forma sintética, seguidos das respectivas análises.

DAS RAZÕES RECURSAIS E ANÁLISE DE MÉRITO DAS IRREGULARIDADES

IRREGULARIDADE ITEM 2: A contribuição previdenciária patronal paga ao RPPS não obedece às disposições da legislação previdenciária municipal (Dispositivo violado: art. 1º, Lei Municipal nº 3735/15).

ALEGAÇÕES DO RECORRENTE

“Em 05 de julho de 2017 foi expedido o Despacho nº 01460/2017, versando que a contribuição previdenciária patronal paga ao RPPS não obedece a disposições da legislação previdenciária municipal, requerendo na sequência que o gestor apresentasse as documentações relativas à Lei do RPPS respaldando as informações do sumário da folha de pagamento, guias de recolhimento previdenciário junto ao RPPS e Termo de Parcelamento com os respectivos comprovantes de pagamento.

Na ocasião toda documentação requerida foi apresentada, qual seja, Lei do RPPS, Termos de Parcelamentos, à exceção dos comprovantes de recolhimentos previdenciários, haja vista que o valor remanescente de R\$ 1.069.713,28, relativo à parte patronal não fora recolhido no exercício de 2016, porém devidamente parcelado pelo sucessor do poder executivo municipal, gestão 2017/2020.

Ademias, invocamos o cumprimento da Decisão Normativa nº 0004/2015, que dispõe sobre uniformização de jurisprudência relativa a parcelamentos de débitos previdenciários, haja vista que, ainda hoje não é novidade para nenhum órgão fiscalizatório de contas públicas que o grande gargalo da administração municipal, estadual e federal, no Brasil, chama-se Previdência Social. No caso em apreço não foi diferente, apesar que pode-se considerar valor ínfimo, o remanescente de obrigações patronais junto ao RPPS do Município de Jataí que restou ao longo dos nossos 8 (oito) anos no comando do Poder Executivo.

Relembrando que, ao invocar a aplicação da DN nº 004/2015, esclarecemos que de um total de R\$ 3.980.708,73 de saldo em circulação de dívida fundada referente ao Jataí-previ, em 2009, durante o nosso primeiro mandato saldamos o montante de R\$ 5.081.019,31, já com as devidas correções e atualizações, ou seja, na gestão 2009/2013 amortizamos o valor de R\$ 1.100.310,58, que deve ser levado em conta para fazer face ao valor que deixamos para o nosso sucessor na ordem de R\$ 1.069.713,28, ou seja, estamos amparados na perspectiva da consideração de regularidade das contas em razão da aplicação do item 3 da DN 004/2015 que diz textualmente em seu art. 1º:

~~3 – Ocorrendo o parcelamento de dívida da gestão anterior e~~

da gestão do Prefeito atual, e vindo tal parcelamento adentrar a gestão posterior, deverá ser realizado levantamento visando verificar se aquela primeira dívida comprometeu a gestão do prefeito que realizou o parcelamento ao ponto do parcelamento da segunda dívida adentrar na gestão posterior.

Invocamos também a aplicação do item 6 da mesma DN mencionada acima, *que estabelece que independente dos critérios estabelecidos nos dispositivos anteriores, os parcelamentos de débitos previdenciários deverão ser avaliados diante do conjunto de irregularidades verificadas no caso concreto, considerando a visão macro dos fatos e das circunstâncias que acarretaram o inadimplemento das obrigações previdenciárias, de modo que a opinião reflita melhor aderência os princípios da razoabilidade e proporcionalidade;* haja vista que pelo montante remanescente de R\$ 1.069.713,28, e de forma com a qual fora conduzida como probidade e zelo a gestão dos recursos públicos municipal, em especial aos do Regime Próprio de Previdência Social de Jataí, torna-se irrisório o valor da obrigação patronal remanescente, se somado aos benefícios que trouxemos para população de forma geral, e aplicações de recursos principalmente as obrigatórias no que se refere à saúde, educação e controle de gastos de pessoal.

É imperativo que considere julgar esse item, evitando cometimento de injustiça contra uma gestão que movimentou aproximadamente R\$ 1.893.738.333,52 e teve como apontamento de inconsistências na contas apenas 02 itens passíveis de serem ressaltados”.

ALEGAÇÕES DO RECORRENTE – APÓS ABERTURA DE VISTA

“Não é demais lembrar que os entendimentos firmados por esta Corte, que divergiram da atual manifestação foram exteriorizados através dos julgados: Acórdão AC nº 04782/2014, Processo nº 04866/2011, Município de Mineiros, Acórdão AC nº 07133/2014, Processo nº 01505/2009, Municípios de Vicentinópolis, todos julgados do PLENÁRIO desta Corte, evidenciando a possibilidade de ressalva da suposta falha.

Podemos trazer à discussão ainda, o texto do item 6 da Decisão Plenária nº 04/2015, assim redigida:

“6 – Independente dos critérios estabelecidos nos dispositivos anteriores, os parcelamentos de débitos previdenciários deverão ser avaliados diante do conjunto de irregularidades verificadas no caso concreto, considerando a visão macro dos fatos e das circunstâncias que acarretaram o inadimplemento das obrigações previdenciárias, de modo que a opinião reflita melhor aderência aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.” (grifo nosso)

Destarte, observada a orientação acima traçada, levando em conta que o Poder Executivo arcou com pagamento de dívidas previdenciárias herdadas da gestão anterior, conforme informações obtidas junto ao CADPREV – Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social, somando-se um montante da ordem de R\$ 3.452.974,36, oriundos de parcelamentos firmados em acordos no período de 2005 e 2007, comprovados conforme farta documentação anexa, dessa forma considerando a somatória de R\$ 3.540.387,40 oriundos dos valores apontados como motivação das irregularidades nos itens 2 e 3, ou seja R\$ 1.069.713,24 mais o parcelamento R\$ 2.470.674,12, restou somente a diferença de R\$ 87.413,04, conforme discriminado abaixo:

1 – Valor apontado no item 2	1.069.713,28
2 – Valor apontado no item 3	2.470.674,12
Soma	3.540.387,40
3 – Valores pagos parcelamentos 2005/2007	(3.452.974,36)
(1.2-3) Diferença	87.413,04

Ademais, elencamos os valores de parcelamentos pagos por nossa gestão entre 2009 a 2016, referente à acordos firmados entre 2005 e 2007, anteriores aos nossos dois

mandatos:

... (quadros)

Vale lembrar, que até o exercício de 2008, último ano do mandato anterior ao nosso, a alíquota previdenciária era da ordem de 18% (dezoito por cento), e, exatamente em 17 de outubro de 2008, já com resultado das urnas favorável à nós, o Poder Legislativo Municipal alterou a alíquota previdenciária para 22% (vinte e dois por cento), soando um tanto quanto incoerente que no apagar das luzes o cálculo atuarial indicasse necessidade de elevação da alíquota em 4% (quatro por cento).

Dessa forma, na presente prestação de contas de gestão do exercício de 2016 – Poder Executivo, não foi levantado nenhum tipo de constatação de dano ao erário ou ato improbo do agente relacionado, conforme visto, de forma legal foram sanadas e fatalmente passíveis de ressalva. Deve ser atentado no presente caso, o princípio da razoabilidade, ante a dever de aplicação coerente das normas sancionatórias face ao poder discricionário dos gestores, em interpretar as normas abertas existentes no ordenamento jurídico existente.

...

Por outro lado, promovendo as devidas compensações entre os valores pagos de parcelamentos de gestões anteriores, especificamente em acordos firmados em 2005 e 2007, como indica o mencionado texto legal acima, na ordem de R\$ 3.452.974,36 e os valores apontados pela Secretaria de Recursos nos itens 2 e 3, somam R\$ 3.540.387,40, restando somente o valor irrisório de R\$ 87.413,04 ou seja, 0,02841% da Receita Total Arrecadada no exercício de 2016, sem contar, as disponibilidades financeiras de recursos ordinários que foram deixados em caixa, a saber;

...(tabela)

Deste modo, de acordo com os grifos acima, podemos visualizar perfeitamente a situação da presente análise, as supostas falhas ocorridas no processo também admitem interpretação diversa, e se de fato ocorreram foram erros formais e sanáveis, que de forma alguma poderiam acarretar danos ao erário, ou evidenciariam impropriedades irreversíveis, logo, o presente procedimento de Prestação de Contas de Gestão do exercício de 2016, deve ter o julgamento pela regularidade com ressalvas, pela interpretação literal do inciso II do Art. 12 da Lei Orgânica do Tribunal.”

ANÁLISE DO MÉRITO

Em síntese o recorrente reafirma que o não recolhimento do valor de R\$ 1.069.713,28 no exercício de 2016, se deu em razão de dívidas herdadas da gestão anterior.

Em relação a alegação dos parcelamentos de exercícios anteriores, constata-se que durante o exercício de 2016 vigoraram três parcelamentos de débitos previdenciários junto ao RPPS (Pesquisa CADPREV, fls. 130, vol. 1, F3), os quais se detalham a seguir:

Nº Termo de Parcelamento	Valor	Período	Qtd. de Parcelas	Valor parcela	1º parcela
00024/2007	R\$ 4.485.865,72	10/2005 a 12/2006	240	R\$ 18.691,11	20/01/07
00867/2014	R\$ 1.063.103,80	03/2014 a 09/2014	26	R\$ 40.888,61	30/11/14
00801/2015	R\$ 4.298.482,33	05/2015 a 10/2015	13	R\$ 330.652,49	30/12/15

00180/2017	R\$ 4.793.579,59	07/2016 a 12/2016	60	R\$ 79.892,99	30/03/17
00189/2017	R\$ 270.557,83	03/2014 a 09/2014	60	R\$ 4.509,30	30/03/17
00190/2017	R\$ 2.338.071,94	05/2015 a 10/2015	60	R\$ 38.967,87	30/03/17
00197/2017	R\$ 6.682.984,06	10/2005 a 12/2006	60	R\$ 111.383,07	30/03/17
00764/2017	R\$ 6.501.282,80	10/2005 a 12/2006	200	R\$ 32.506,41	30/10/17
00765/2017	R\$ 2.274.502,93	05/2015 a 10/2015	200	R\$ 11.372,51	30/10/17
00766/2017	R\$ 263.201,72	03/2014 a 09/2014	200	R\$ 1.316,01	30/10/17
00767/2017	R\$ 4.699.029,57	07/2016 a 12/2016	200	R\$ 23.495,15	30/10/17
00456/2019	R\$ 3.079.853,03	09/2018 a 04/2019	17	R\$ 181.167,83	30/07/19
00457/2019	R\$ 5.584.048,36	09/2018 a 04/2019	17	R\$ 328.473,43	30/07/19

Assim, verifica-se que apenas o acordo de nº 00024/2007 é referente a gestão anterior. Sendo que tal parcelamento, com pagamento anual sem atualização de R\$224.293,32 (12 x R\$ 18.691,11), não se mostra capaz de afetar a gestão de 2016 a ponto de impedir que os recolhimentos da contribuição patronal do RPPS ocorressem de forma regular, haja vista que a receita do município de Jataí em 2016 foi de R\$201.034.214,62 (fls. 314/315 – vol. 7).

Portanto, não assiste razão o gestor quando afirma que parcelamentos de gestões anteriores impediram que o Poder Executivo efetuasse todos os pagamentos da contribuição patronal do exercício de 2016, uma vez que, os parcelamentos firmados através dos acordos nº 00867/2014 e 00801/2015, são referentes à sua própria gestão (2013/2016).

Em pesquisa ao Sistema de Controle de Contas Municipais – SICOM (fls. 300/302, vol. 7), nota-se que em 2016 foi empenhado e pago o montante de R\$1.239.041,44, referente ao pagamento de parcelamentos junto ao RPPS. Contudo, verifica-se que desse total, somente a quantia de R\$72.997,38 é concernente ao parcelamento da gestão de 2005/2006 (Acordo nº 00024/2007). Assim, resta claro e evidente que os recolhimentos do parcelamento realizado pela gestão 2005/2016 (R\$72.997,38), não gerou grande impacto nas finanças do município em 2016 e, portanto, não foram a causa que levaram ao inadimplemento no pagamento da contribuição patronal do RPPS do exercício de 2016, conforme alega o gestor.

O recorrente apresenta o Termo de Acordo de Reparcimento nºs 197/2017, 00764/2017, 00766/2017, 00190/2017, 00765/2017, 00180/2017, 00767/2017 (fls. 42/103, vol.1, F3), alegando que reparcou diversas competências. Em relação as competências do exercício de 2016 (07/2016 a 12/2016), nota-se o reparcimento em 200 parcelas mensais de R\$ 23.448,61, mediante Termo de Acordo de Reparcimento nº 767/2017 (fls. 97/103, vol.1, F3). Verifica-se que tal parcelamento foi realizado na nova gestão (2017/2020) ultrapassando a gestão do causador da dívida.

Por fim, conforme demonstrado na tabela, conclui-se que o Poder Executivo deixou de recolher o montante de R\$1.069.713,28 (R\$4.315.204,61 - R\$3.245.491,33), alusivo à contribuição previdenciária patronal do RPPS no exercício de 2016.

Esclarece ao recorrente que não se questiona a legalidade do parcelamento. É notório que este serve para recompor a condição de adimplência do município e regulariza a situação da municipalidade perante a Previdência, contudo, caso ultrapasse o lapso temporal da gestão que o fez, não exime a responsabilidade dos gestores públicos que deixaram de efetuar os recolhimentos de suas obrigações patronais, conforme entendimento desta Corte de Contas (Resolução Consulta 33/08, Sessão Técnico-Administrativa do dia 23.03.2011 e DN 00015/12).

O parcelamento compromete a gestão futura e denota ato antieconômico, tendo em vista a incidência de multas e juros. Conforme preconiza o artigo 40 da Constituição Federal de 1988, aos servidores titulares de cargo efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é garantido regime de previdência de caráter contributivo e solidário, por meio de contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas.

Nesse sentido, o pagamento da parte patronal ao RPPS não pode ser interpretado pelo Gestor como mera faculdade atribuída ao município, mas como um instrumento necessário e compulsório para a sustentabilidade da Previdência Própria, sob pena de se afrontar o princípio constitucional do equilíbrio financeiro e atuarial do fundo previsto no art. 40 da CF/88, bem como de se comprometer o equilíbrio das contas públicas preconizado no parágrafo único do art. 1º Lei de Responsabilidade Fiscal.

No tocante a alegação do recorrente que o valor não recolhido é ínfimo em relação ao montante movimentado pela prefeitura durante o exercício de 2016, não assiste razão, vez que a administração dos recursos públicos pressupõe uma ação planejada que visa

manter o equilíbrio das contas públicas (art. 1º da Lei Complementar nº 101/00). Assim cabe o gestor as medidas necessárias para conter o endividamento durante a sua gestão.

Após abertura de vista, o recorrente alega que em manifestações anteriores (Processo 04866/2001 – Acórdão 04782/14 e Processo 01505/2009 – Acórdão 07133/14) o entendimento do Tribunal foi no sentido de ressalvar falha semelhante. Reafirmou ainda, que durante sua gestão efetuou pagamento de dívidas previdenciárias da gestão anterior.

Quanto a alegação da divergência de entendimento em processos anteriores, importante esclarecer que as decisões de 2014 são anteriores ao novo entendimento deste Tribunal (DN 04/2015), que trata da uniformização de jurisprudência relativa a parcelamentos previdenciários, irregularidades e responsabilidade deles decorrentes. Ressalta-se, que nas decisões citadas os Relatores votaram de fato pela ressalva da irregularidade, entretanto este não tem sido o entendimento adotado pela unidade técnica especializada na análise das contas de gestão na fase anterior, ao qual esta Secretaria de Recursos alinha-se, estribada em critérios eminentemente técnicos.

Em relação a alegação do recorrente da ausência do recolhimento total da contribuição previdenciária referente ao exercício de 2016, se deu em razão de dívidas herdadas da gestão anterior (2005/2008), vez que assumiu o mandato em 2009 (2009/2012), sendo reeleito para uma nova gestão (2013/2016), não é suficiente para o saneamento da irregularidade.

Importante esclarecer ao recorrente, que a irregularidade em questão trata-se de recolhimento referente ao exercício de 2016, ou seja, último ano do seu segundo mandato. Portanto, deveria o gestor perseguir o princípio do equilíbrio estabelecido no art. 1º da LC nº 101/2000 (LRF), de modo a garantir uma gestão planejada em que previnem os riscos e corrigem os desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.

Quanto a documentação apresentada (fls. 179/355, vol.1, F3), Comprovantes do Repasse de Recolhimento ao Regime Próprio dos Valores Decorrente de Contribuições, Aportes de Recursos e Débito de Parcelamento, demonstram valores referentes as competências de Janeiro/2009 a Dezembro/2013, período de gestão do recorrente (dois mandatos), conforme tabela baixo:

Competências	Valor	Valor referente ao Parcelamento Anterior	SOMA	Fls. Vol.1, F3
Janeiro e Fevereiro/2009	1.029.972,97	132.862,66	1.162.835,63	179
Março e Abril/2009	1.061.648,11	46.705,27	1.108.353,38	181

Maio e Junho/2009	329.678,77	49.005,14	378.683,91	183
Julho e Agosto/2009	387.079,90	49.829,33	436.909,23	185
Setembro e Outubro/2009	691.048,22	50.322,94	741.371,16	187
Novembro e Dezembro/2009	1.116.880,85	51.272,50	1.168.153,35	189
Janeiro e Fevereiro/2010	906.303,98	52.277,36	958.581,34	191
Março e Abril/2010	949.397,59	52.763,59	1.002.161,18	193
Maio e Junho/2010	942.005,83	53.826,70	995.832,53	195
Julho e Agosto/2010	942.981,80	55.342,55	998.324,35	197
Setembro e Outubro/2010	940.420,97	56.138,01	996.558,98	199
Novembro e Dezembro/2010	1.452.951,40	58.934,68	1.511.886,08	201
Janeiro e Fevereiro/2011	950.194,62	60.991,45	1.011.186,07	203
Março e Abril/2011	1.021.047,09	63.212,97	1.084.260,06	205
Maio e Junho/2011	1.021.717,33	65.379,61	1.087.096,94	207
Julho e Agosto/2011	1.038.674,29	67.000,34	1.105.674,63	209
Setembro e Outubro/2011	1.023.551,97	68.822,49	1.092.374,46	211
Novembro e Dezembro/2011	2.002.294,29	70.881,47	2.073.175,76	213
Janeiro e Fevereiro/2012	1.523.735,19	72.659,79	1.596.394,98	215
Março e Abril/2012	1.652.841,28	73.821,58	1.726.662,86	217
Maio e Junho/2012	1.686.528,92	74.860,48	1.761.389,40	219
Julho e Agosto/2012	1.679.714,88	75.714,81	1.755.429,69	221
Setembro e Outubro/2012	1.674.189,65	76.838,98	1.751.028,63	223
Novembro e Dezembro/2012	2.784.190,10	78.144,35	2.862.334,45	225
Janeiro e Fevereiro/2013	1.685.418,61	79.490,82	1.764.909,43	227
Março e Abril/2013	1.962.505,56	80.709,41	2.043.214,97	229
Maio e Junho/2013	1.986.848,23	81.793,27	2.068.641,50	231
Julho e Agosto/2013	1.972.440,86	82.622,31	2.055.063,17	233
Setembro e Outubro/2013	1.935.157,80	80.537,84	2.015.695,64	235
Novembro e Dezembro/2013	3.073.734,61	82.159,40	3.155.894,01	237
SOMA	41.425.155,67	2.044.922,10	43.470.077,77	

Verifica-se que referente a gestão anterior (2005/2008) foram pagos pela nova gestão (2009/2012 e 2013/2016) o valor de R\$ 2.044.922,10 que equivale a 4,93% do total pago referente a previdência própria do município e, ainda os pagamentos foram até a competência de dezembro de 2013, o que não afetaria o exercício de 2016. Ressalta-se ainda, que os documentos apresentados não estão acompanhados dos respectivos comprovantes bancários de transferências.

Do exposto, considerando o não recolhimento de parte da contribuição patronal do exercício de 2016, no montante de R\$1.069.713,28, bem como o seu parcelamento ter ultrapassado a gestão do causador da dívida, permanece a irregularidade apontada.

IRREGULARIDADE ITEM 3: Houve inadimplemento no pagamento dos débitos previdenciários acordados com o Regime Próprio de Previdência Social. Durante o exercício de 2016, o Poder Executivo pagou o montante de R\$1.239.041,44 (fl. 538/540, vol.5) no elemento 4.6.90.71.01 destinado ao pagamento de parcelamentos previdenciários. Todavia, considerando os parcelamentos previdenciários em vigor no município com parcelas vincendas em 2016 (fl. 541, vol.5), o Poder Executivo deveria ter empenhado e pago, no mínimo, o montante de R\$2.470.674,12.

ALEGAÇÕES DO RECORRENTE

“Em 06 de novembro de 2017 foi expedido o Despacho nº 02441/2017 e Certificado 447/2018, onde fora demonstrado que o valor apontado como inadimplemento de amortização de parcelamento previdenciário junto ao RPPS é menor que o aventado pelo r. Analista, ou seja, informa-se o montante de R\$ 4.682.786,52 sendo que na realidade o valor é de R\$ 2.470.674,12, menos da metade apontado pelo Tribunal.

O método utilizado para o cálculo deve basear-se na individualização dos órgãos orçamentários distintos e nas exigibilidades das parcelas avençadas, ou seja, deve somar as parcelas vencidas e não amortizadas dentro de cada órgão.

Por outro lado, o inadimplemento de débitos previdenciários tornou-se crônico no país, a levar-se em consideração os cálculos atuariais para regularidade da operacionalidade dos regimes de previdência, torna-se praticamente impossível a administração dos recursos públicos no Brasil. Dentro do contexto de aproximadamente 5.570 municípios, é seguro afirmar que menos de 1% consiga manter o estoque da Dívida Fundada devidamente regular. É imperativo que um novo formato de custeio de benefícios previdenciários seja idealizado sob pena de levar todos os entes públicos no país, à falência e juntos, os respectivos órgãos previdenciários.

Já antevendo o caos previdenciário no país, por força da Lei Federal nº 9.249/95 de 26 de dezembro de 1995, já regulava a matéria quando mencionada em seu art. 34:

“Art. 34. Extingue-se a punibilidade dos crimes definidos na Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e na Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965, quando o agente promover o pagamento do tributo ou contribuição social, inclusive acessórios, antes do recebimento da denúncia.” (grifo nosso)

Por outro lado, por força da norma acima descritas, desde que a pessoa jurídica promova o pagamento do débito, total ou por parcelamento, fica extinta a punibilidade.

Assim sendo não há motivo justo para manutenção da irregularidade aventada, tendo em vista que o que foi possível dentro das condições econômicas do município, foram devidamente amortizados, o que não foi possível foi legalmente incluído em parcelamentos, conforme se comprova com os documentos apensados aos autos.

Portanto, invocamos o princípio da razoabilidade e proporcionalidade mencionada na Decisão Normativa DN nº 00004/2015 que dispõe no art. 1º, item 6:

“6 - independente dos critérios estabelecidos nos dispositivos anteriores, os parcelamentos de débitos previdenciários deverão ser avaliados diante do conjunto de irregularidades verificadas no caso concreto, considerando a visão macro dos fatos e das circunstâncias que acarretaram o inadimplemento das obrigações previdenciárias, de modo que a opinião reflita melhor aderência os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.” (grifei)

No nosso sentir, as contas em apreço, deve ser julgada levando em consideração ~~todo contexto de 02 gestões administrativas como chefe do~~ Poder Executivo de

Jataí, principalmente quando se percebe que as falhas remanescentes não teve o condão de macular as respectivas contas. Lembrando ainda que o art. 172, I, II, III e §1 e art. 173, inciso II, do Regimento Interno dessa Corte de Contas, que de forma razoável e justa, assim dispõe”.

ANÁLISE DO MÉRITO

O recorrente reafirma que o valor não pago referente aos parcelamentos previdenciários no exercício de 2016 é de R\$ 2.470.674,12 e solicita a avaliação das contas de 2016 levando em consideração todo o período administrado pelo gestor.

Em que pese o recorrente reafirmar que o valor apontado inicialmente estar incorreto e apresentar o valor de R\$ 2.470.674,12, esclarecemos que o valor alegado já havia sido acolhido por este Tribunal quando da análise realizada na fase inicial das presentes contas.

O recorrente apresenta Termos de Parcelamentos e Reparcèlement realizados no exercício de 2017, contemplando competências de parcelamentos anteriormente assumidos. Portanto, durante o exercício de 2016, não foram efetuados os pagamentos de forma regular, não podendo o gestor se eximir de tal responsabilidade.

Assim, o fato das parcelas não pagas no exercício de 2016 terem sido motivo de reparcèlement na gestão posterior, não regulariza a conduta de quem por dever deixou de efetuar os devidos pagamentos em sua gestão.

Ressalta-se que o parcelamento compromete a gestão futura e denota ato antieconômico, tendo em vista a incidência de multas e juros. Conforme preconiza o artigo 40 da Constituição Federal de 1988, aos servidores titulares de cargo efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é garantido regime de previdência de caráter contributivo e solidário, por meio de contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas.

Nesse sentido, o pagamento da parte patronal ao RPPS não pode ser interpretado pelo Gestor como mera faculdade atribuída ao município, mas como um instrumento necessário e compulsório para a sustentabilidade da Previdência Própria, sob pena de se afrontar o princípio constitucional do equilíbrio financeiro e atuarial do fundo previsto no art. 40 da CF/88, bem como de se comprometer o equilíbrio das contas públicas preconizado no parágrafo único do art. 1º Lei de

Responsabilidade Fiscal.

Ressalta-se que após abertura de vista ao recorrente não foram apresentados nenhum documento que comprove o pagamento do débito previdenciário apontado.

Do exposto, considerando o inadimplemento no pagamento dos débitos previdenciários (R\$ 2.470.674,12) acordados com o Regime Próprio de Previdência Social durante o exercício de 2016 e, ainda, que o parcelamento realizado pela nova gestão não exime a responsabilidade do gestor do Executivo no exercício de 2016, entende esta Especializada que a irregularidade deve ser mantida.

DAS RESSALVAS

RESSALVA ITEM 1: A ordem cronológica de exigibilidade dos pagamentos não foi obedecida pelo gestor do Poder Executivo. Conforme relatório juntado às fls. 337, vol.4, o órgão encerrou o exercício de 2016 com saldo de Restos a Pagar Processados no montante de R\$57.425,00 (Dispositivo violado: art. 5º, Lei 8.666/93).

ALEGAÇÕES DO RECORRENTE

Não houve alegações pelo recorrente.

ANÁLISE DO MÉRITO

Diante da falta de manifestação pelo recorrente, permanece inalterada a ressalva apontada.

DAS MULTAS

Gestor	HUMBERTO DE FREITAS MACHADO
CPF	341.665.801-91
Descrição da Irregularidade Praticada	1) Contribuição patronal em desacordo com a legislação previdenciária municipal (item 2). 2) Inadimplemento no pagamento dos débitos previdenciários parcelados (item 3).
Dispositivo Legal ou Normativo Violado	1) Art. 1º, Lei Municipal nº 3735/15 (item 2). 2) Termos de Parcelamento nº. 00024/2007, 00867/2014 e 00801/2015 (item 3).
Base Legal para Imputação de Multa	Art. 47 – A, inciso IV, da Lei Estadual nº 15.958/07.

Valor da Multa	R\$1.000,00.
----------------	--------------

ALEGAÇÕES DO RECORRENTE

Não houve alegações pelo recorrente.

ANÁLISE DO MÉRITO

Diante da análise efetuada das irregularidades apontadas nos itens 2 e 3, mantém-se a multa imputada.

CONCLUSÃO

IRREGULARIDADES	Desconstituídas	-
	Sanadas	-
	Ressalvadas	-
	Mantidas	Itens 2 e 3
RESSALVAS	Desconstituídas	-
	Sanadas	-
	Mantidas	Item 1
MULTAS	Desconstituídas	-
	Sanadas	-
	Mantidas	R\$ 1.000,00

Do exposto, a Secretaria de Recursos do Tribunal de Contas dos Municípios, sugere:

I. o NÃO PROVIMENTO do presente recurso ordinário;

II. PARECER PRÉVIO PELA REJEIÇÃO das contas de gestão do Sr. HUMBERTO DE FREITAS MACHADO, Prefeito e Gestor do Poder Executivo do Município de JATAÍ, no exercício de 2016, em razão da permanência das irregularidades apontadas nos itens 2 e 3;

III. a manutenção da multa no valor de R\$ 1.000,00, imputada ao Sr. Humberto de Freitas Machado, conforme quadro já descrito neste documento;

IV. a manutenção da ressalva do item 1;

Evidencia-se que a Secretaria considerou os documentos apresentados sob o aspecto da veracidade ideológica presumida.

(...)

1.2. MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

O Ministério Público de Contas deste TCM exarou o Parecer N° 0814/2020 (fl.365 – Vol. 1 – Fase 4), conforme segue:

“PARECER N° 00814/2020

Tratam os presentes autos sobre o Recurso Ordinário, tendo por escopo a reforma da decisão proferida no **Acórdão AC nº 0736/18**, no qual esta Corte de Contas emitiu parecer pela **REJEIÇÃO** das contas de gestão, relativas ao exercício de 2016, com imputação de multas.

O presente Recurso foi admitido pela Presidência desta Casa, com fulcro no art. 210, §1º, do Regimento Interno TCM/GO.

A Secretaria de Recursos manifestou-se pelo **não provimento** do aludido recurso, opinando pela **REJEIÇÃO** das contas reexaminadas, mantendo as imputações de **multas**.

Diante do exposto, no mérito, o posicionamento desta Procuradoria segue o mesmo entendimento adotado pela Unidade Técnica deste Tribunal, pelos seus próprios fundamentos, inexistindo razões de ordem jurídica para divergir.

Análise realizada sem prejuízo de irregularidades que eventualmente forem detectadas em outros processos atinentes ao mesmo período. (RJIM)”

(...)

ANÁLISE E VOTO DO RELATOR

Esta Relatoria, após análise dos autos, diverge da Unidade Técnica e do MPC, no que diz respeito a manutenção das irregularidades constantes nos itens 1 e 2 do relatório, que trata do inadimplemento das obrigações patronais e de parcelamento junto ao Fundo Próprio de Previdência – JATAIPREV.

Verifica-se que o Município de Jataí enfrenta dificuldades com o adimplemento de suas obrigações com o RPPS por consecutivos exercícios, conforme é possível constatar pelo número considerável de parcelamento e reparcelsamentos que se encontram vigentes no Município, conforme (Pesquisa CADPREV (fls. 130, vol. 1, F3), conforme tabela abaixo:

Nº Termo de Parcelamento	Valor	Período	Qtd. de Parcelas	Valor parcela	1º parcela
00024/2007	R\$ 4.485.865,72	10/2005 a 12/2006	240	R\$ 18.691,11	20/01/07

00867/2014	R\$ 1.063.103,80	03/2014 a 09/2014	26	R\$ 40.888,61	30/11/14
00801/2015	R\$ 4.298.482,33	05/2015 a 10/2015	13	R\$ 330.652,49	30/12/15
00180/2017	R\$ 4.793.579,59	07/2016 a 12/2016	60	R\$ 79.892,99	30/03/17
00189/2017	R\$ 270.557,83	03/2014 a 09/2014	60	R\$ 4.509,30	30/03/17
00190/2017	R\$ 2.338.071,94	05/2015 a 10/2015	60	R\$ 38.967,87	30/03/17
00197/2017	R\$ 6.682.984,06	10/2005 a 12/2006	60	R\$ 111.383,07	30/03/17
00764/2017	R\$ 6.501.282,80	10/2005 a 12/2006	200	R\$ 32.506,41	30/10/17
00765/2017	R\$ 2.274.502,93	05/2015 a 10/2015	200	R\$ 11.372,51	30/10/17
00766/2017	R\$ 263.201,72	03/2014 a 09/2014	200	R\$ 1.316,01	30/10/17
00767/2017	R\$ 4.699.029,57	07/2016 a 12/2016	200	R\$ 23.495,15	30/10/17
00456/2019	R\$ 3.079.853,03	09/2018 a 04/2019	17	R\$ 181.167,83	30/07/19
00457/2019	R\$ 5.584.048,36	09/2018 a 04/2019	17	R\$ 328.473,43	30/07/19

Desta forma, é possível afirmar que cada gestor além das suas obrigações patronais presentes, deverá arcar com as parcelas pretéritas, bem como seus encargos, o que de certa forma dificulta a administração das obrigações junto ao Regime Próprio de Previdência.

Analisando as contas do exercício de 2016 é possível verificar que houve o empenho e o pagamento de contribuições previdenciárias patronais na ordem de R\$ 3.245.491,33, conforme quadro abaixo:

Contribuição Patronal - RPPS	
Base de Cálculo apresentada no Quadro Demonstrativo	20.422.170,41
Elemento de despesa 31901103	26.779.170,71
Vantagens temporárias informada ao SCGP	6.949.972,37
Totalização: Elemento de despesa, excluídas vantagens temporárias	19.829.198,34
A Base de cálculo, apresentada no Quadro Demonstrativo fornecido pelo gestor, é compatível com os dados enviados a este TCM, portanto, foi utilizada na presente análise	
A) Contribuição patronal (Alíquota 21,13 %)	4.315.204,61
Percentual (A-C)/A	25,77%
B) Valor empenhado	3.245.491,33
C) Valor pago	3.203.098,54
D) Diferença (B-C)	42.392,79

Fonte: Pesquisa de Empenhos SICOM/TCM e Quadro Demonstrativo (fls. 328/333/334/297/300/305 vol.4).

No mesmo exercício foram pagos de parcelamento – valor do principal –, o montante de R\$ 1.239.041,44 (conforme extraído do SICOM – quadro abaixo), que é o somatório das despesas empenhadas nos elementos 4.691.71.01 e 4.690.71.01¹.

¹ O somatório deste elemento foi somado em razão do contido na descrição da despesa, já que o elemento 90 (aplicação direta) foi erroneamente utilizado para o registro de pagamento ao Fundo Próprio, no qual deveria ser utilizado o elemento 91.

Desta forma, os parcelamentos representam aproximadamente 25% do que o Município teria que pagar com as obrigações patronais, ou seja, podemos considerar que o valor dos parcelamentos impacta a administração do pagamento das contribuições previdenciárias ao regime próprio.



ESTADO DE GOIÁS
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Pesquisa de Empenhos

Críticos Usados:

Município: JATAI - Órgão: PODER EXECUTIVO e Elemento entre: 46917100 e 46917199 - Data entre: 01/01/2016 e 31/12/2016

Unidade: 8 - SECRETARIA DE EDUCACAO

Processo: 00000/00

Credor	Codificação	Elemento	Nº	Data	Cpf/Cnpj
Especificação					Valor Empenho
JATAIPREV	03.08.12.361.2839.9.017	4.6.91.71.01	28	15/07/2016	04776218000193
DESPESA PROVENIENTE DE EMPENHO DO VALOR PRINCIPAL DO PARCELAMENTO DA DÍVIDA COM O JATAIPREV, REFERENTE A PARCELA 21/26, COMPETENCIA 07/2016. (EDUCAÇÃO)					4.709,62
Nr. Linha: 45					
JATAIPREV	03.08.12.361.2839.9.017	4.6.91.71.01	29	15/07/2016	04776218000193
DESPESA PROVENIENTE DE EMPENHO DO VALOR PRINCIPAL DO PARCELAMENTO DA DÍVIDA COM O JATAIPREV, REFERENTE A PARCELA 21/26, COMPETENCIA 07/2016. (FUNDEB)					20.271,25
Total da Unidade:					832.884,96
Subtotal:					1.863.001,88
Anulado Mês:					762.774,60
Total Geral:					1.100.227,28



ESTADO DE GOIÁS
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Pesquisa de Empenhos

Críticos Usados:

Município: JATAI - Órgão: PODER EXECUTIVO e Elemento entre: 46907100 e 46907199 - Data entre: 01/01/2016 e 31/12/2016

Unidade: 8 - SECRETARIA DE EDUCACAO

Processo: 00000/00

Credor	Codificação	Elemento	Nº	Data	Cpf/Cnpj
Especificação					Valor Empenho
Nr. Linha: 1					
JATAIPREV	03.08.12.361.2839.9.017	4.6.90.71.01	1	18/01/2016	04776218000193
DESPESA PROVENIENTE DE EMPENHO DO VALOR PRINCIPAL DA DÍVIDA DA PARCELA DE Nº 144/240 DO JATAIPREV, COMPETÊNCIA DE 01/2019 (EDUCAÇÃO).					4.486,51
Nr. Linha: 2					
JATAIPREV	03.08.12.361.2839.9.017	4.6.90.71.01	2	18/01/2016	04776218000193
DESPESA PROVENIENTE DE EMPENHO DO VALOR PRINCIPAL DA PARCELA DE Nº 2/13 DO JATAIPREV, COMPETÊNCIA DE 01/2016 (EDUCAÇÃO).					109.346,78
Nr. Linha: 3					
JATAIPREV	03.08.12.361.2839.9.017	4.6.90.71.01	3	18/01/2016	04776218000193
DESPESA PROVENIENTE DE EMPENHO DO VALOR PRINCIPAL DA PARCELA DE Nº 15/26 DO JATAIPREV, COMPETÊNCIA DE 01/2016 (EDUCAÇÃO).					4.709,62
Nr. Linha: 4					
JATAIPREV	03.08.12.361.2839.9.017	4.6.90.71.01	4	18/01/2016	04776218000193
DESPESA PROVENIENTE DE EMPENHO DO VALOR PRINCIPAL DA PARCELA DE Nº 15/26 DO JATAIPREV, COMPETÊNCIA DE 01/2016 (FUNDEB).					20.271,25
Total da Unidade:					138.814,16

Outras duas despesas que tem impacto direto na capacidade de pagamento das contribuições previdenciárias, são a correção monetária da dívida previdenciária e dos aportes financeiros realizados pelo município em favor do JATAIPREV, os quais totalizaram em 2016 o montante de R\$ 262.940,14 e 426.223,58, respectivamente, conforme extraído do SICOM:



**TRIBUNAL
DE CONTAS**
DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS

GABINETE DO CONSELHEIRO
NILO RESENDE NETO

Fls.



ESTADO DE GOIÁS
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Pesquisa de Empenhos

Critérios Usados:

Município: JATAI - Órgão: PODER EXECUTIVO e Elemento entre: 32902201 e 32902299 - Data entre: 01/01/2016 e 31/12/2016 - Credor comece com: JATAIPREV
Unidade: **8 - SECRETARIA DE EDUCACAO**

Processo: 00000/00

Credor	Codificação	Elemento	Nº	Data	Cpf/Cnpj
Especificação					Valor Empenho

COM O JATAIPREV, REFERENTE A PARCELA 8/13, COMPETENCIA 07/2016. (EDUCAÇÃO).

Nr. Linha: **47**

JATAIPREV 03.08.12.361.2839.9.017 3.2.90.22.01 29 15/07/2016 04776218000193
DESPESA PROVENIENTE DE EMPENHO DA CORREÇÃO DO PARCELAMENTO DA DÍVIDA 11.461,13
COM O JATAIPREV, REFERENTE A PARCELA 150/240, COMPETENCIA 07/2019.
(EDUCAÇÃO).

Nr. Linha: **48**

JATAIPREV 03.08.12.361.2839.9.017 3.2.90.22.01 30 15/07/2016 04776218000193
DESPESA PROVENIENTE DE EMPENHO DA CORREÇÃO DO PARCELAMENTO DA DÍVIDA 1.080,87
COM O JATAIPREV, REFERENTE A PARCELA 21/26, COMPETENCIA 07/2016. (EDUCAÇÃO)

Nr. Linha: **49**

JATAIPREV 03.08.12.361.2839.9.017 3.2.90.22.01 31 15/07/2016 04776218000193
DESPESA PROVENIENTE DE EMPENHO DA CORREÇÃO DO PARCELAMENTO DA DÍVIDA 4.652,32
COM O JATAIPREV, REFERENTE A PARCELA 21/26, COMPETENCIA 07/2016. (FUNDEB)

Total da Unidade: 166.765,16

Subtotal: 375.287,53

Anulado Mês: 112.347,39

Total Geral: 262.940,14



ESTADO DE GOIÁS
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Pesquisa de Empenhos

Critérios Usados:

Município: JATAI - Órgão: PODER EXECUTIVO e Elemento entre: 33919700 e 33919799 - Data entre: 01/01/2016 e 31/12/2016 - Credor comece com: JATAIPREV
Unidade: **8 - SECRETARIA DE EDUCACAO**

Processo: 00000/00

Credor	Codificação	Elemento	Nº	Data	Cpf/Cnpj
Especificação					Valor Empenho

JATAIPREV 03.08.12.361.2839.9.017 3.3.91.97.00 3 31/03/2016 04776218000193
DESPESA PROVENIENTE DE EMPENHO DE APOORTE FINANCEIRO PARA O JATAIPREV, 90.042,23
REFERENTE A MARÇO/2016. (EDUCAÇÃO)
Nr. Linha: **13**

JATAIPREV 03.08.12.364.2839.9.018 3.3.91.97.00 3 31/03/2016 04776218000193
DESPESA PROVENIENTE DE EMPENHO DE APOORTE FINANCEIRO PARA O JATAIPREV, 4.795,11
REFERENTE A MARÇO/2016. (ENSINO SUPERIOR)
Nr. Linha: **14**

JATAIPREV 03.08.12.361.2839.9.017 3.3.91.97.00 4 29/04/2016 04776218000193
DESPESA PROVENIENTE DE EMPENHO DO APOORTE FINANCEIRO AO JATAIPREV, 90.550,53
REFERENTE A ABRIL DE 2016. (EDUCAÇÃO)
Nr. Linha: **15**

JATAIPREV 03.08.12.364.2839.9.018 3.3.91.97.00 4 29/04/2016 04776218000193
DESPESA PROVENIENTE DE EMPENHO DO APOORTE FINANCEIRO AO JATAIPREV, 4.321,44
REFERENTE A ABRIL DE 2016. (ENSINO SUPERIOR)
Nr. Linha: **16**

JATAIPREV 03.08.12.364.2839.9.018 3.3.91.97.00 5 30/05/2016 04776218000193
DESPESA PROVENIENTE DE EMPENHO DE APOORTE FINANCEIRO PARA O JATAIPREV, 4.321,44
REFERENTE AO MÊS DE MAIO DE 2016. (ENSINO SUPERIOR).
Nr. Linha: **17**

JATAIPREV 03.08.12.361.2839.9.017 3.3.91.97.00 6 30/05/2016 04776218000193
DESPESA PROVENIENTE DE EMPENHO DE APOORTE FINANCEIRO PARA O JATAIPREV, 90.661,84
REFERENTE AO MÊS DE MAIO DE 2016. (EDUCAÇÃO).
Nr. Linha: **18**

JATAIPREV 03.08.12.364.2839.9.018 3.3.91.97.00 7 30/06/2016 04776218000193
DESPESA PROVENIENTE DE EMPENHO DE APOORTE FINANCEIRO PARA O JATAIPREV, 4.321,44
REFERENTE AO MÊS DE JUNHO DE 2016. (ENSINO SUPERIOR).
Nr. Linha: **19**

JATAIPREV 03.08.12.361.2839.9.017 3.3.91.97.00 8 30/06/2016 04776218000193
DESPESA PROVENIENTE DE EMPENHO DE APOORTE FINANCEIRO PARA O JATAIPREV, 93.768,97
REFERENTE AO MÊS DE JUNHO DE 2016. (EDUCAÇÃO).

Total da Unidade: 412.045,12

Subtotal: 1.018.556,91

Anulado Mês: 592.333,33

Total Geral: 426.223,58

Digitally Signed by DANIEL AUGUSTO GOULART:28061438100-AC SOLUTI Multipla v5

Date: 15/04/2021 10:25:40

Reason: Arquivo assinado digitalmente.

Location: BR - Página: 18 de 21

C:\TCM\SECRETARIA\RESULTADO\01000179-21-RESULTADO.docx Página 16 de 21

RUA 68 N° 727 - CENTRO - FONE: 3216-6162 - FAX: 32239011 CEP: 74055-100 - GOIÂNIA - GO

www.tcm.go.gov.br

Portanto, os valores de parcelamento e aporte financeiro pagos pelo Município em 2016 são significativos em relação ao montante total das contribuições patronais, os quais não podem ser desconsiderados na análise do caso concreto, conforme preconiza o item 6 da DN 04/2015:

“6 - independente dos critérios estabelecidos nos dispositivos anteriores, os parcelamentos de débitos previdenciários deverão ser avaliados diante do conjunto de irregularidades verificadas no caso concreto, considerando a visão macro dos fatos e das circunstâncias que acarretaram o inadimplemento das obrigações previdenciárias, de modo que a opinião reflita melhor aderência os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.” (grifei)

Ainda que os valores das contribuições patronais e dos parcelamentos não tenham sido adimplidos em sua completude, é possível constatar que houve recolhimento de valores consideráveis em favor do JATAIPREV, nas duas modalidades.

Portanto, não seria razoável a reprovação das contas do gestor de 2016, por um problema crônico do Município de Jataí. Cabe ressaltar, também, que as contas de gestão dos exercícios de 2013, 2014, 2015, 2017 e 2018 foram aprovadas com ressalvas, conforme Acórdãos 06420/16, 04466/17, 00306/18, 07824/2019.

Desta forma, considerando as alegações do recorrente, os documentos juntados, os dados constantes do sistema, concluo, excepcionalmente, pela ressalva das irregularidades itens 2 e 3.

Considerando o acima exposto, entendemos no sentido de emitir Parecer Prévio pela aprovação com ressalvas das contas do Chefe do Poder Executivo de Jataí no exercício de 2016.

Por fim, mesmo com o Parecer pela aprovação das contas, a multa no valor de R\$ 1.000,00 (Um mil reais), deverá ser mantida, por ter caráter instrutivo e não apenas punitivo.

Em atenção à tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário nº 848.826/DF, em 17 de agosto de 2016, e tendo em vista as orientações contidas na Resolução nº 01/2018 da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil - ATRICON, o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás editou a IN nº 010/2018, estabelecendo os ritos processuais para as análises das Contas de Governo e para as Contas de Gestão e Tomada de Contas Especial em que o Prefeito Municipal figure como gestor, bem como para sanções delas decorrentes.

Em razão desse fato, o presente Voto será convertido em dois instrumentos processuais distintos, quais sejam:

1º- Parecer Prévio - que manifestará a Câmara Municipal o posicionamento técnico deste Tribunal acerca das Contas de Governo de responsabilidade do Chefe do Poder Executivo;

2º - Acórdão – que declarará a situação das contas do Chefe do Poder Executivo, apontará as possíveis ressalvas e irregularidades, aplicará as sanções, recomendações e determinações quando cabíveis. Caso constatado que nas Contas de Gestão, além do Prefeito, atuaram um ou mais gestores, o julgamento das respectivas contas deverá compor o mesmo Acórdão.

Com base no que acima foi exposto, esta Relatoria diverge dos posicionamentos da Secretaria de Recursos e Ministério Público de Contas, no sentido de ressalvar as irregularidades 2 e 3, manifestando o seu Voto por:

PARECER PREVIO

I. Conhecer do Recurso Ordinário, para, no mérito, DAR PROVIMENTO, no sentido de;

II. Emitir o **Parecer Prévio pela aprovação com ressalva** das presentes Contas de Gestão, de responsabilidade de HUMBERTO DE FREITAS MACHADO, Prefeito e Gestor do Poder Executivo do **Município de JATAÍ, no exercício de 2016**, em razão da ressalvas das irregularidades apontadas nos itens 2 e 3

III. Manter a ressalva constantes do item 1;

IV. Determinar, após o trânsito em julgado, que os autos sejam encaminhados à Câmara Municipal de JATAÍ para providências e julgamento, por força da tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal ao decidir o Recurso Extraordinário nº 848.826/DF, de 17 de agosto de 2016.

ACÓRDÃO

I. Conhecer do Recurso Ordinário, e, no mérito, DAR-LHE, no sentido de;

II. Reformar a decisão proferida no Acórdão 08736/2018, e declarar que **não há irregularidades que maculam as Contas de Gestão**, de responsabilidade de HUMBERTO DE FREITAS MACHADO, Prefeito e Gestor do Poder Executivo do Município de JATAÍ, no exercício de 2016.

III. Considerar ressalvadas os itens 1, 2 e 3;

IV. Manter a multa no valor de R\$ 1.000,00, imputada ao Sr. Humberto de Freitas Machado, conforme quadro abaixo:

Gestor	HUMBERTO DE FREITAS MACHADO
CPF	341.665.801-91
Descrição da Irregularidade Praticada	1) Contribuição patronal em desacordo com a legislação previdenciária municipal (item 2). 2) Inadimplemento no pagamento dos débitos previdenciários parcelados (item 3).
Dispositivo Legal ou Normativo Violado	1) Art. 1º, Lei Municipal nº 3735/15 (item 2). 2) Termos de Parcelamento nº. 00024/2007, 00867/2014 e 00801/2015 (item 3).
Base Legal para Imputação de Multa	Art. 47 – A, inciso IV, da Lei Estadual nº 15.958/07.
Valor da Multa	R\$1.000,00. equivalentes a 10% do valor máximo estabelecido no caput do art. 47 - A da LOTCM/GO

Por força da tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal ao decidir o Recurso Extraordinário nº 848.826/DF, o presente Acórdão não produz efeitos para os fins do art. 1º, I, g, da Lei Complementar nº64/1990, relativamente ao Sr. HUMBERTO DE FREITAS MACHADO, Prefeito e Gestor do Poder Executivo, do Município de JATAÍ, no exercício de 2016;

Evidencia-se que na análise técnica foram considerados os documentos constantes da prestação de contas, assim como as informações apresentadas ao SICOM/TCM, sob o aspecto da veracidade ideológica presumida.

Destaca-se, finalmente, que as conclusões registradas nos presentes autos não elidem responsabilidades por atos não alcançados pelo conteúdo da prestação de contas, e por constatações de procedimentos fiscalizatórios diferenciados, tais como inspeções, denúncias ou tomada de contas.

É o Voto.

À Superintendência de Secretaria para as providências devidas.

GABINETE DO CONSELHEIRO RELATOR, em Goiânia aos 12 dias do mês de fevereiro de 2021.

NILO RESENDE
Cons. Relator